

8ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa

4 de abril de 2018

Ata da Décima Oitava Sessão Extraordinária

Às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos, do dia quatro do mês de abril, do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Nilton Franco, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, a Senhora Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Solange Duailibe e Valderéz Castelo Branco. Encontra-se licenciada a Senhora Deputada Amália Santana. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo Siqueira Campos, Osires Damaso, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira e Wanderlei Barbosa. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, a Senhora Presidente submeteu a

Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a apresentar, passou-se às Comunicações. Usou a tribuna o Senhor Deputado Paulo Mourão. Na Ordem do Dia, foram anunciados em segunda fase de discussão e votação os Projetos de Lei números: 2/2018, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar para o Fundo Estadual de Defensoria Pública – Fundep, no valor que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 10/2018; 6/2018, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o art. 1º-A da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica”, que deu origem ao Processo número 39/2018; 105/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o dia 22 de julho como o Dia Estadual da Paz e da Concórdia”, que deu origem ao Processo número 145/2017; 113/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero, que “dispõe sobre a oficialização da Língua Brasileira de Sinais – Libras no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo 157/2017; 159/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a criação do Dia Estadual da Profissional Doula no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 214/2017; e 164/2017, de autoria do

Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “denomina de Escola de Gestão Fazendária Antônio Propício Aguiar Franco a Egefaz – Escola de Gestão Fazendária do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 227/2017; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, a Senhora Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e dezoito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário